

## EDUCAÇÃO

# Lei de Cotas provoca polêmica em Alagoas

Historiadores, pedagogos, professores e alunos apontam falhas e virtudes da nova lei

PEDRO BARROS  
pedrobarrosjr@hotmail.com

Uma revolução silenciosa acontece no sistema educacional brasileiro, com a implantação da lei de cotas sociais para as universidades públicas, cujo decreto que a regulamentação foi assinado pela presidenta Dilma Rousseff e publicado no último dia 15 no Diário Oficial da União.

A lei garante reserva de no mínimo 50% das vagas das universidades federais para alunos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, inclusive os oriundos de escolas técnicas. Dentro dessa reserva um percentual será destinado a estudantes de acordo com a renda familiar e o restante para estudantes negros, pardos e indígenas.

Os dois lados da moeda reclamam, concordam e



Estudantes do Ensino Médio de escolas públicas têm garantido 50% das vagas das universidades públicas do Brasil

discordam em aspectos da lei que já se tornou polêmica e alvo de muitas discussões. Os que têm assegurado o ingresso na universidade por ter estudado em escolas particulares dizem que se sentem desconfortáveis e em desvantagem em relação aquela parcela da sociedade que agora tem a possibilidade de frequentar o ensino superior beneficiado pelo sistema de cotas.

Para os que defendem esse sistema, nada mais justo que um mecanismo que favoreça essa parcela de estudantes da rede pública, reparando as injustiças sociais a que foram

submetidos ao longo dos tempos.

Já a parcela da população que teoricamente terá suas chances diminuídas o discurso é dividido entre os que não concordam com a lei e aqueles que questionam o percentual adotado.

Por outro lado, é preciso levar em conta nessa discussão que a medida é temporária. Algo muito maior surge como provocação do sistema de cotas: a comprovação de que a educação no Brasil, tanto no nível fundamental quanto no médio, precisa passar por transformações urgentes.

É justamente nessa questão que entram o trabalho dos gestores públicos estaduais e municipais. A norma deverá obrigar que as secretarias de educação nos municípios e estados dêem a devida atenção que a educação básica requer.

Um contingente enorme de estudantes, oriundos de escolas públicas estarão em breve no mercado de trabalho. Por mais que o sistema de cotas disponibilize mecanismos de nivelamento nas universidades, mas do que nunca Estados e municípios devem estar atentos as suas obrigações.

## “Sistema de cotas é uma reparação histórica”

Se o Estado brasileiro tivesse feito seu papel e investido os recursos necessários para oferecer ao cidadão uma educação de qualidade desde a infância, provavelmente uma lei cujo objetivo é reparar tal lacuna não fosse necessária. A afirmação que expressa o óbvio é compartilhada por vários especialistas, cada um traduzindo dentro de seu contexto de atuação essa responsabilidade estatal.

Zeito Araújo, coordenador do curso de História do Centro Universitário Cesmac, destaca que para uma parcela dessa população beneficiada com as cotas, os negros, a segregação a que foi submetida, mesmo após o processo de abolição, até hoje traz conseqüências negativas, principalmente no quesito educação.

“Não foi garantido nenhum direito no que diz respeito a educação à popula-



Professor Zeito Araújo é um dos defensores das cotas nas universidades

ção negra. Mesmo após 1888 (Abolição da Escravatura) nenhum direito foi transferido para essa população”, explica Zeito.

Ele enfatiza ainda que a grande maioria dos jovens oriundos das escolas públicas é afro descendente e, dessa forma, o sistema de cotas é “uma reparação histórica que a sociedade brasileira faz com os afro descendentes do país”.

Ele acrescentou, ainda, que em todo esse processo de

segregação “houve cuidado de impedir que essa população tivesse acesso a escola”.

Essa reparação já tem início no processo seletivo para os candidatos de 2013, quando de acordo com a lei 12,5% das vagas de cada curso e turno deverão ser ofertadas. O país conta com 59 universidades federais. Desse total, apenas 25 delas possuem reservas de vagas ou sistema de bonificação para estudantes pretos, pardos e indígenas. A lei concede um prazo

de 30 dias para as universidades adaptarem seus editais as novas regras. No caso da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) o Pró-Reitor de Graduação, professor Amauri Barros, informou que a lei que traz as regras sobre as cotas está sendo analisada. “A lei é nova para a gente. Estamos estudando com a equipe acadêmica, respaldado pela assessoria jurídica”, disse.

Ele explicou que a Ufal já vem realizando ações afirmativas desde 2004. “Temos uma política de bonificação para estudantes que vem das escolas públicas e que se alto declaram afro descendentes”.

A avaliação desses alunos é apontada pelos críticos do sistema de cotas como um aspecto negativo. Com respeito ao desempenho desse grupo de estudantes, o professor assevera que eles têm correspondido de forma satisfatória.

## Pedagogo diz que percentual de 50% é abusivo

Outro ponto questionado do sistema de cotas sociais se refere ao quantitativo de vagas reservadas. Para o professor Ernesto Stadler, diretor pedagógico de um colégio particular, o percentual de 50% é abusivo. “A nossa ressalva é com relação a quantidade de vagas reservadas para os alunos das escolas públicas. 50% é um percentual abusivo”, enfatizou Stadler, avaliando que até 30% é aceitável.

Os estudantes Mário Neto, Amanda Ferino e Artur Souza compartilham da mesma opinião do diretor pedagógico. Outra preocupação apresentada por eles é que o sistema de cotas não seja utilizada como ferramenta



Pró-Reitor de Graduação da Ufal, Amauri Barros estuda alterações no edital

para encobrir as ‘mazelas’ da educação pública brasileira.

Rodrigo Alves Júnior e Albertina Souza, alunos da Escola Estadual Deputado Nenoí Pinto, no bairro Clima Bom, não acreditam nessa possibilidade. Para eles, o mais importante é que o sistema de cotas facilita o ingresso dos

alunos da rede pública e se configura como um instrumento de inclusão social.

Embora possa parecer exagerada, a afirmação de que o sistema de cotas sociais implique numa revolução na educação brasileira deve levar em conta que a lei favorece a criação de um ambiente para

discutir em profundidade a questão.

Quando existe um palco para esse debate, as possíveis transformações já começam a ocorrer. Enquanto não se processa mudanças estruturais, mesmo que de curto prazo, pelo menos já se amplia o discurso em torno do tema para todos os segmentos da sociedade.

A lei obriga a sociedade a pensar a educação em todas as suas fases. Crítica de um lado, defesa do outro, o importante é que se perceba que não se trata de uma luta entre brancos e negros, ricos e pobres, e sim de um enfrentamento necessário para modernizar a sociedade brasileira.